

# A institucionalização situada do Polo Industrial e Tecnológico em Saúde de Eusébio, Ceará

Bruna Gonçalves de Oliveira Freire e Ana Sílvia Rocha Ipiranga

## RESUMO

Recentemente foi reconhecida, na teoria institucional, a questão da dinâmica espaço-temporal dos processos institucionais e a sua influência em territórios delimitados. Com base no conceito de institucionalismo situado, esse estudo problematizou o caso do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), localizado na cidade do Eusébio, que tem entre os seus objetivos desenvolver o setor da saúde do Estado do Ceará. O objetivo do artigo foi compreender o processo de institucionalização do PITS. Tendo como questão guia: o processo de institucionalização do PITS, localizado na cidade de Eusébio, ocorre de forma situada? A metodologia baseou-se na estratégia do estudo de caso qualitativo. Além disso, uma pesquisa documental com levantamentos de materiais e a constituição de um acervo da pesquisa foi efetuada. Para a análise foram selecionadas as “pistas documentais”, a fim de estabelecer as ligações, as comparações e a constituição de configurações significativas entre os elementos e as dimensões pertinentes dos textos documentais com o objetivo da pesquisa. Por um lado, os resultados evidenciaram que, nesta fase de implementação, o processo de institucionalização do PITS se pautou mais pelo tradicional modelo das políticas regionais; e menos pela organização de práticas institucionais situadas no sentido de mobilizar uma rede de atores que conecte pessoas, cotidianos e organizações entre diferentes lugares, tanto na cidade do Eusébio, como na cidade vizinha, Fortaleza. Contudo, no caso do PITS esta concepção de organização em alusão ao espaço estabeleceu um nível de análise que permitirá a consideração e o aprofundamento desses processos microssociais em estudos futuros.

Palavras-chave: institucionalismo situado; Polo Industrial e Tecnológico em Saúde (PITS); campo organizacional.

*The situated institutionalization of the Industrial and Technological Pole in Health of Eusébio, Ceará*

## ABSTRACT

Recently, in institutional theory, the question of the spatial-temporal dynamics of institutional processes and their influence on delimited territories has been recognized. Based on the concept of situated institutionalism, this study problematized the case of the Industrial and Technological Health Pole (Polo Industrial e Tecnológico de Saúde – PITS), located in the city of Eusébio. The objective of the article was to understand the process of institutionalism of the PITS. Having as a guiding question: does the institutionalism process of the PITS located in the city of Eusébio occur in a situated way? The methodology was based on the qualitative case study strategy. Document research was carried out with material surveys and the constitution of a research collection. For the analysis, the “documentary clues” were selected in order to establish connections, comparisons and to constitute significant configurations between the relevant elements and dimensions of the documentary texts with the objective of the research. On the one hand, the results showed that, in this implementation phase, the process of institutionalism of the PITS was guided more by the traditional model of regional policies; and less for the organization of institutional practices situated in the sense of mobilizing a network of actors that connect people, daily life and organizations between different places, both in the city of Eusébio and in the neighboring city, Fortaleza. However, and in the case of PITS, this conception of organization in allusion to space established a level of analysis that will allow the consideration and deepening of these microsocial processes in future studies.

Keywords: *situated institutionalism; Industrial and Technological Pole in Health (PITS); organizational field.*

Recebido em: 09/06/2022

Revisado em: 16/09/2022


Aprovado em: 21/12/2022



**Bruna Gonçalves de Oliveira Freire** 

Universidade Estadual do Ceará, Brasil.  
Doutoranda em Administração,  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil.  
Bolsista da Fundação Cearense de  
Apoio ao Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico, Brasil.

[brgoncalves.oliveira@aluno.uece.br](mailto:brgoncalves.oliveira@aluno.uece.br)

**Ana Sílvia Rocha Ipiranga** 

Universidade Estadual do Ceará, Brasil.  
Doutora em Psicologia do Trabalho  
e da Organização, Universidade de  
Bologna, Itália.

[silvia.ipiranga@uece.br](mailto:silvia.ipiranga@uece.br)

## Introdução

No contexto de uma “virada institucional” nos Estudos Organizacionais, Scott (2014) ressaltou a importância do campo organizacional para análise institucional ao enfatizar seus processos de composição por meio de organizações que constituem um espaço reconhecido da vida institucional (Dimaggio & Powell, 1983)

Para Fligstein e McAdam (2012), as principais ações acontecem entre esses atores que interagem no campo organizacional ao compartilharem um mesmo conjunto de significados. Nessa linha, alguns autores têm proposto um conjunto de articulações entre o institucionalismo organizacional, a teoria do organizar (Weick, 1979; 1995) e a abordagem das práticas (Schatzki, 2001; 2005; 2006). As articulações dessas abordagens indicam a ação nas organizações ao se orientar por ordens institucionais abrangentes, conectadas à interação e aos processos de construção de sentidos. Nesses processos, é possível observar que o desempenho coletivo das instituições ocorre por meio de práticas situadas nos lugares (Dacin, Zilber & Lounsbury, 2018; Hallett, 2010; Grigoletto & Alves, 2019; Smets, Aristidou & Whittington, 2017; Suddaby, Seidl & Lê, 2013).

De acordo com Gieryn (2000), a vida em sociedade molda-se por meio de arranjos sociais, tais como as redes e os polos, nos quais os espaços se constituem de efeitos desencadeados pelas ações ao seu redor. Apesar da discussão sobre a dimensão espacial na teoria institucional ainda se manter limitada, Glückler, Suddaby e Lenz (2018) têm enfatizado sobre uma “virada espacial” no contexto dos estudos institucionais. A princípio, estes estudos despontaram no contexto da “virada institucional” na Geografia Econômica (Amin, 1999; Martin, 2000), irradiando para outras áreas do conhecimento, entre estas dos Estudos Organizacionais, possibilitando novas reflexões acerca do espaço institucional e os seus significados para o contexto social e histórico (Dacin, Zilber & Lounsbury, 2018; Suddaby, Foster & Mills, 2013; Suddaby, Seidl & Lê, 2013; Ziber, 2018).

Glückler, Suddaby e Lenz (2018) sugerem que estas discussões geram uma compreensão sobre como o processo social de conhecimento se desdobra no espaço. Nesse contexto, os autores propuseram o conceito de “institucionalismo situado”, ao reafirmarem que os aspectos institucionais constituem uma das principais fontes para análise da vida social, possibilitando compreender aspectos relacionados a diversificação dos lugares, por meio da interação, conexões entre os atores e a construção de redes, assim como do nível de inovação no âmbito nacional, regional e local (Boschma, 2017; Coe & Hess, 2013; Asheim, Lawton Smith & Oughton, 2011). Centrados nas instituições, o foco de discussão recai nas maneiras pelas quais esse processo está situado em lugares e como diferentes práticas conectam as pessoas e organizações entre lugares (Suddaby, 2010; Zilber, 2018).

Nesse estudo e com base nessa discussão, se pressupõe que uma compreensão do processo do “institucionalismo situado”, por meio das práticas que operam nas construções do lugar e ou de campos organizacionais, realça as implicações teóricas de tais articulações para repensar os significados da espacialidade nos processos institucionais. O que se pretende é compreender

como os lugares são trabalhados por meio de tais práticas na construção de campos organizacionais situados. O conceito de institucionalismo situado surge, portanto, como um tema emergente para ampliação do olhar nos estudos institucionais do organizar, ao propor uma compreensão de práticas institucionais exercidas em espaços, buscando escrutinar a interação entre os atores e as influências dos espaços institucionalizados em contextos, como, por exemplo, nas cidades (Dacin, Zilber & Lounsbury, 2018; Grigoletto & Alves, 2019; Glückler, Suddaby & Lenz, 2018).

Para explorar essa temática, neste estudo será considerado o caso do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), situado na cidade do Eusébio, localizado a 24 km de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, Brasil. De acordo com o Estudo Setorial – Projetos e Empreendimentos Estruturantes do Ceará 2050 (2018), o PITS foi organizado no bairro da Precabura na cidade do Eusébio, sendo inaugurado no ano de 2018 e com base nos seguintes objetivos: (i) desenvolver o setor da saúde do Estado; (ii) promover a inovação e a interação entre as universidades, os setores público e privado, de forma a garantir o desenvolvimento social e os avanços tecnológicos e econômicos; (iii) incentivar a geração de novos produtos; (iv) fomentar a sinergia entre as indústrias que formam o PITS; e (v) atrair instituições e empresas inovadoras que são referência no setor da saúde. Atualmente, o PITS encontra-se em fase de implementação, tendo já recebido três instituições denominadas como “âncoras”: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); o Centro de Plataformas Vegetais de Bio-Manguinhos/Fiocruz (Tavora Filho, 2018) e, mais recentemente, a Isofarma Industrial Farmacêutica (Isofarma).

Considerando este objeto de pesquisa, o presente estudo tem como questão guia: o processo de institucionalização do PITS, localizado na cidade de Eusébio, ocorre de forma situada? O objetivo foi compreender o processo de institucionalização do PITS. Para tanto e conforme será discutido nas próximas seções, adota-se uma perspectiva epistemológica de processos (Cooper; Burrell, 1988) para escrutinar as práticas do organizar (*organizing*), segundo os pressupostos do campo organizacional, assim como do conceito de institucionalismo situado (Grigoletto & Alves, 2019; Glückler, Suddaby & Lenz, 2018; Scott, 2014; Smets, Aristidou & Whittington, 2017; Weick, 1979).

A estruturação do artigo segue com a seção do marco teórico. Após se apresentam os procedimentos metodológicos e a seção das análises e dos resultados. Finaliza-se com as considerações e as referências utilizadas.

## Marco teórico

### Os estudos institucionais, o campo organizacional e o organizar de suas práticas

A teoria institucional clássica foi proposta nos estudos das Ciências Sociais em 1850, tendo sido influenciada por diferentes áreas do conhecimento, entre estas: a Economia, a Ciência Política e a Sociologia (Scott, 2014). Além disso, o institucionalismo clássico obteve contribuições de diferentes

teóricos para o seu desenvolvimento e sua consolidação (entre estes: Berger & Luckmann, 1967; Bourdieu, 1983; Durkheim, 1893; Marx e Engels, 1845; Spencer, 1876; Tocqueville, 1835; Veblen, 1898; Weber, 1904). Nesse contexto, Troiano e Riscado (2016) afirmaram que as instituições eram vistas como estruturas estáveis e mantidas por meio de mecanismos constantes de reprodução institucional.

Alguns autores se referem a uma “virada” nos estudos institucionais que se originou a partir de 1940, no qual, entre estes, Robert K. Merton (1940), Philip Selznick (1949), Talcott Parsons (1956) e Hebert Simon (1945) foram considerados precursores dessa mudança, na qual trouxeram uma elucidação enfática das organizações para esses estudos. Dos teóricos citados, Philip Selznick (1949) foi considerado o pioneiro por meio do trabalho intitulado “*TVA and the grass roots: a study in the Sociology of Formal*”, no qual contemplou as organizações e os pressupostos institucionais, originando assim o início das pesquisas no institucionalismo organizacional (Scott, 2014).

O campo de pesquisa relacionado ao institucionalismo organizacional é compreendido sob o viés de dois momentos históricos – o “velho” e o “novo”, no qual cada período contempla transformações com determinadas ênfases no contexto dos Estudos Organizacionais. O “velho” institucionalismo contemplou um período de pesquisas que alcançaram uma ruptura em relação a importância do contexto formal para o desenvolvimento institucional, no qual os autores precursores foram Selznick (1949) e Stinchcombe (1965). Selznick (1949) evidenciou em seus estudos, análises sobre o ambiente institucional no qual as organizações faziam parte, trazendo à tona conceitos relacionados a dimensão adaptativa e a influência das estruturas informais para o desenvolvimento e funcionamento das instituições. Por outro lado, Stinchcombe (1965) buscou elucidar o papel da agência e do poder, evidenciando a influência dessas dimensões em aspectos relacionados ao comprometimento, aos interesses e aos valores das instituições (Scott, 2014).

As discussões relacionadas ao “novo” institucionalismo, também reconhecido como “neoinstitucionalismo”, que se originaram por influência de novas perspectivas propostas nas áreas dos estudos institucionais, também envolveram diferentes campos, como o da Economia, Ciência Política e Sociologia. Dobbin (1994, p. 123) enfatizou que nas abordagens neoinstitucionais, as organizações fazem parte de um esforço intelectual muito amplo. O autor questionou as origens sociais das instituições, buscando compreender “[...] não as leis universais que geram as práticas sociais, mas as práticas sociais que geram leis universais”.

Para Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012), a teoria neoinstitucional das organizações teve como base os trabalhos desenvolvidos por Meyer e Rowan (1977), Zucker (1988) e DiMaggio e Powell (1983). DiMaggio (1991) e Powell e DiMaggio (2012) retrataram o “novo” institucionalismo como uma forma de fornecer respostas a velhas questões em relação a influência dos arranjos institucionais sobre as escolhas sociais, trazendo à tona que o significado é algo socialmente construído.

O trabalho pioneiro desenvolvido por Meyer e Rowan (1977), buscou promover uma reflexão acerca do grau de influência que as estruturas formais

possuem sobre os mitos dos ambientes institucionais. Os autores discutiram que a criação e o desenvolvimento das organizações ocorrem por meio de “mitos institucionalizados” e que as práticas devem apoiar esses aspectos simbólicos, agindo em um estado de integração (Meyer & Rowan, 1977).

Zucker (1988) propôs uma análise acerca do papel da institucionalização sobre a persistência cultural. O autor identificou um processo de construção social acerca dos entendimentos culturais, onde os efeitos da institucionalização são vistos mais claramente quando nenhum processo de sanção é presente, assim quando a resistência à mudança é fundamentalmente afetada pela institucionalização (Zucker, 1988). Nessa linha, Guarido Filho e Costa (2012) afirmaram que o institucionalismo organizacional atenta para o modo como valores institucionalizados na sociedade permeiam estruturas e formas organizacionais.

Scott (2014) também considerado um precursor do “novo” institucionalismo, propôs que as bases das instituições são os sistemas reguladores, normativos e cultural-cognitivos. O aspecto regulador consiste nas regras, avaliações e direcionamentos punitivos ou recompensatórios que englobam práticas que visam influenciar os comportamentos dos atores envolvidos, visando três dimensões: obrigação, precisão e delegação. Os sistemas normativos garantem a definição de objetivos e identificam as práticas e os recursos necessários para alcançá-los, ressaltando os direitos e deveres, assim como os papéis que devem ser desenvolvidos entre os atores. No aspecto cultural-cognitivo, enfatizou-se o fenômeno das interações e os significados que esses compartilhamentos refletem para a instituição. Nesse sentido, o institucionalismo, no âmbito das organizações, preconiza que as instituições são formadas e desenvolvidas pelo conjunto dos esforços e interações humanas, e que não são produtos de um *design* consciente (Brelaz & Alves, 2013; Dimaggio, 1991; Jessop, 2001).

No contexto dos Estudos Organizacionais, o “novo” institucionalismo aprofunda-se no conceito de campo organizacional, enfatizando seus processos de composição e organização, trazendo uma maior atenção para a dimensão cultural-cognitiva (Scott, 2014). O conceito original de um campo organizacional foi definido por DiMaggio e Powell (1983 p. 148-149) como sendo formado por: “[...]aquelas organizações que, no agregado, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências reguladoras e outras organizações que produzem serviços ou produtos semelhantes.”

Observa-se que diversos teóricos retrataram o conceito de campo em diferentes perspectivas, formulando a definição com base nas teorias de cada abordagem sob uma ótica de múltiplas referências, em que a perspectiva de estrutura e agência estão mutuamente envolvidas (Bourdieu, 1983; Dimaggio, 1991; Friedland & Alford, 1991; Hoffman, 2001; Machado-Da-Silva, Guarido Filho & Rossoni, 2010; Scott, 1994).

Com base em pressões que são exercidas entre as organizações que atuam em um determinado campo, Powell e DiMaggio (1983) propuseram o conceito de “[...]pressões isomórficas que ocorrem por meio de regras institucionalizadas, identificando assim três processos isomórficos: (i) coerção, (ii) mimetismo e (iii) normatividade”. O processo coercitivo se



relaciona às ameaças existentes nas organizações colocadas em ato ou pela sociedade e ou por outras organizações atuantes no mesmo campo; o isomorfismo mimético se relaciona aos processos que levam as organizações a se espelharem em outras organizações que realizaram processos já legitimados e o isomorfismo normativo que se baseia em processos de profissionalização, por meio dos quais as organizações alcançam níveis similares ao desenvolverem normas em comum. Medeiros, Alves e Farah (2015) ressaltaram que estes processos isomórficos moldam as organizações, ao compartilharem as “formas comuns” com base em um sentido de maior densidade e ou mais hegemônico.

Outros autores se debruçaram nas questões relacionadas às mudanças que ocorrem no campo organizacional (Emirbayer & Mische, 1998; Seo & Creed, 2002). Por exemplo, Brelàz e Alves (2013) sintetizaram indicando que as mudanças no campo organizacional acontecem, sobretudo, quando novos atores entram e ou quando novas práticas são incorporadas, evidenciando mudanças no próprio campo. Nessa seara, Reay e Hinings (2005) discutiram o processo de recomposição do campo organizacional, enfatizando o papel de lógicas institucionais concorrentes como parte de um processo de mudança. Segundo Medeiros (2013), a entrada de novas organizações e o estabelecimento de novas práticas provocam processos bidirecionais, no sentido que estas passam a serem pressionadas, ou transformadas de forma simultânea às alterações do campo ao qual fazem parte.

Por outro lado, Greenwood, Oliver, Lawrence e Meyer (2017) retrataram o novo institucionalismo baseado na legitimidade organizacional e reiteraram a discussão sobre campos organizacionais. Rossoni e Machado da Silva (2010) sublinharam que o conceito de legitimidade é um ponto central no contexto das discussões acerca do institucionalismo organizacional (Scott, 2014; Stanfield & Carrol, 2004). Além disso, Greenwood, Oliver, Lawrence e Meyer (2017) propuseram novas perspectivas em relação aos estudos institucionais, baseadas na complexidade das relações entre as organizações e os contextos ao qual fazem parte, assim como uma atenção maior para a perspectiva de processos e práticas que poderão vir a influenciar na criação e no desenvolvimento de instituições. Nesse sentido, sobressai-se ainda o conceito segundo Fligstein e McAdam (2012), enfatizando que as principais ações acontecem entre os atores que interagem no campo organizacional ao compartilharem de um mesmo conjunto de significados.

Outros autores como Powell e Colyvas (2008) e Lawrence, Suddaby e Leca (2011) também enfatizaram, respectivamente, as “microfundações” e o processo do “trabalho institucional” no contexto da abordagem institucional das organizações, iluminando a atuação do ator na análise entre agência e instituições. Os autores consideram que são as pessoas e as organizações que se engajam, mantêm e transformam práticas diárias de criação, manutenção, ruptura e mudança institucional.

Grigoletto e Alves (2019), em contraposto a preferência do institucionalismo organizacional por meio de análises macroinstitucionais em detrimento das análises em bases microsociais (Powell & Colyvas, 2008; Suddaby, 2010, 2015; Willmott, 2015), sugeriram o desenvolvimento de estudos que problematizassem o sentido das características estruturais

observadas nas relações do dia a dia. Nesse contexto, Grigoletto e Alves (2019, p. 250) afirmaram que “[...]a estrutura social é considerada não como fonte definidora da formação da ação, mas essa própria se configura por meio da ação[...]”, sendo nesse contexto em que se articulam as discussões sobre as “instituições habitadas” (Hallett & Ventresca, 2006).

Grigoletto (2018) avançou nestas discussões ao propor uma abordagem institucional do organizar para escrutinar a ideia de “lugar-organização”, onde as instituições foram consideradas “espaços habitados”. Para o autor, é preciso entender a força e o significado que as interações representam na transformação e no desenvolvimento de “instituições habitadas” (Hallett & Ventresca, 2006).

Esses estudos focalizaram a compreensão dos fundamentos microssociológicos da teoria institucional, enfatizando “[...]o habitar do institucionalismo com as pessoas, suas atividades de trabalho, interações sociais e processos de construção de significado local” (Hallett, 2010, p. 27). Nesses termos, Spink (2001 p. 17) considera a análise do “[...]lugar como espaço de ação onde diferentes entidades, ou seja, organizações formais, são tomadas como referência para a criação de “versões de mundo” (Weick, 1979). Com isso, Grigoletto (2018, p. 128) destaca que “[...]os agentes sociais auxiliam na compreensão e no convívio com as ambivalências que permeiam suas lutas e disputas”.

Grigoletto e Alves (2019) ainda enfatizaram que, embora os trabalhos sobre o tema das instituições habitadas evidenciem a diversificação dos significados atribuídos às instituições locais, esclarecendo suas manifestações, muito pouco foi discutido sobre como ocorrem a construção desses significados. Para isso, os autores propuseram a articulação da teoria do organizar de Weick (1979; 1995), enquanto uma abordagem que privilegia as microfundações para uma análise institucional do organizar.

Para Weick (1995), no processo do organizar (*organizing*) se enfatiza a noção de que a organização é construída em decorrência das interações entre diferentes atores, o qual geram, preservam e desfazem coletividades. Nesse sentido, Weick (1979 p. 1) define que a organização se baseia nas “maneiras pelas quais tais processos são continuamente executados”.

Assim, Weick, Sutcliffe e Obstfeld (2005) indicam que:

[...]o processo de construção de sentidos (*sensemaking*) envolve transformar as circunstâncias em uma situação que é compreendida explicitamente em palavras e que serve como um trampolim para a ação, quer os atores estejam atuando em organizações formais ou em outros lugares. Nesse sentido o *sensemaking* é central porque é o local primário onde os significados se materializam que informam e restringem a identidade e a ação.

Ao discutirem uma abordagem institucional do organizar, Grigoletto e Alves (2019 p. 253) advertiram que a “[...]abordagem do institucionalismo organizacional adotou o caminho inverso[...]” ao considerar a organização, “enquanto forma estrutural”, entendida como “[...]precedente em relação aos indivíduos e, portanto, à ação”. Os autores propuseram o conceito de *enactment* de Weick (1979) para melhor compreender esta relação entre ação e interpretação do modo de atuação e construção de sentidos (*sensemaking*) dos atores, tanto das pessoas como das organizações,

garantindo flexibilidade à análise institucional. Para Weick (1979), o conceito de *enactment* se refere a dinâmica e aos processos de ação recíproca entre a ação e o ambiente. Emirbayer (1997) coaduna quando discute que o conceito de *enactment* ressaltou que esses processos entre a organização e o ambiente devem ser interpretados do ponto de vista relacional. Essas discussões nos reportam a Giddens (1989; 2000) quando afirmou que as instituições sociais precedem aos indivíduos e que, de forma recíproca, exercem pressões sobre a dimensão individual.

Nesse sentido, e considerando o objetivo do presente artigo, enfatiza-se que os processos do organizar (*organizing*) envolve um conjunto de práticas em ação, que apresenta elementos conectados que auxiliam na realização de atividades (Gherardi & Strati, 2014). Entender as práticas envolvidas nesses microprocessos do organizar de campos organizacionais situados possibilitam compreender de que forma as práticas influenciam esses processos, sejam de planejamento, desenvolvimento e ou execução das ações, assim como os significados que são atribuídos a estes processos institucionais.

Nessa linha, Smets, Aristidou e Whittington (2017) propuseram a perspectiva do “institucionalismo orientado pela prática” na qual é possível observar que o desempenho coletivo das instituições ocorre por meio de práticas situadas. Para os autores, estas articulações foram propostas após o crescente envolvimento entre pesquisadores institucionais e da estratégia como prática que passaram a abordar pontos cegos críticos em suas respectivas teorias (Smets, Greenwood & Lounsbury, 2015; Suddaby, Seidl & Lê, 2013; Vaara & Whittington, 2012). A vertente emergente de teorização que brota desse diálogo mostra que a teoria institucional se reconecta com suas raízes teórico-práticas para: (i) colocar em primeiro plano a atuação coletiva das instituições por meio de práticas situadas, emergentes e geradoras, (ii) reconhecer o significado institucional da práxis, do trabalho cotidiano realizado por e nas organizações e (iii) chamar a atenção para o papel dos profissionais da linha de frente, pessoas comuns fazendo o trabalho ordinário na constituição de ordens institucionais (Smets, Aristidou & Whittington, 2017). Para os autores, reunir os estudos institucionais e práticos não apenas avança na nossa compreensão dos processos com os quais os pesquisadores de ambos os campos lidam, como possibilita “[...]abrir os olhos um do outro para novos fenômenos e começar a olhar fenômenos familiares de novas maneiras” (Smets, Greenwood & Lounsbury, 2015 p. 283).

Schatzki (2001; 2005; 2006), ao discutir como as organizações acontecem, retratou que a prática é uma multiplicidade espaço-temporal de ações organizadas pela evolução em conjunto dessas dimensões, nas quais se definem como ação e estrutura. Para Lindberg e Czarniawska (2006) pensar sobre práticas envolve o conceito de “rede de ação” que parte do pressuposto de que um processo de organizar (*organizing*) requer que várias ações coletivas diferentes sejam conectadas de acordo com um padrão que é institucionalizado em um determinado momento e em um determinado lugar.



Dessa forma, além da articulação da ideia de rede como método lógico para as análises do campo organizacional, assim como do conceito de *enactment* (Weick, 1979) que se refere aos processos de ação recíproca entre a ação e o ambiente (Giddens, 1989), têm se observado que as análises institucionais têm ampliado os seus objetos de estudo, por meio de uma “virada espacial” na teoria do institucionalismo organizacional, deslocando as ênfases para as influências da dimensão espacial na construção de um institucionalismo situado (Glückler, Suddaby & Lenz, 2018), discussões estas que serão aprofundadas no próximo item.

### A “virada espacial” na teoria institucional: o conceito de institucionalismo situado

De acordo com Glückler, Suddaby e Lenz (2018), a teoria institucional articulada ao institucionalismo organizacional vem enfatizando uma discussão sobre os efeitos da dimensão espacial na vida institucional. Para os autores, estes avanços ocorreram, em um primeiro momento, baseados nos interesses do institucionalismo nas ciências da Geografia, acentuando a compreensão acerca da dinâmica do desenvolvimento econômico, levando, ao longo dos anos, a concepção de diferentes modelos que explicassem como reduzir a desigualdade de desenvolvimento entre as diferentes regiões.

Considerando esses diferentes modelos, Amin (1999) explica que por muito tempo as políticas regionais tinham como propósito possibilitar incentivos e benefícios que estimulassem as organizações a se instalarem em regiões menos favorecidas. No entanto, observou-se que, apesar da geração de empregos e renda em um curto espaço de tempo, as regiões não apresentavam um crescimento autossustentável, fazendo com que o desenvolvimento das regiões menos favorecidas ficasse à mercê do apoio e da permanência de organizações e empresas denominadas como “âncoras”. Em meio a essas incertezas, iniciou-se um processo de exploração de políticas mais inovadoras relacionadas ao desenvolvimento e a construção de polos tecnológicos e distritos industriais. Este processo se remete ao reconhecimento do coletivo, no qual elucida uma perspectiva institucionalista para o desenvolvimento regional (Amin, 1999).

Com isso, Amin (1999) discutiu sobre uma “virada institucional” nos estudos referentes ao desenvolvimento regional, no qual identificam-se duas vertentes: a primeira, refere-se a teoria do crescimento endógeno, que reconhece externalidades e retornos crescentes de escala associados ao agrupamento espacial e especialização; e a segunda vertente consiste no reconhecimento por geógrafos econômicos em relação ao caráter local, social, cultural de arranjos institucionais. Ambas as vertentes desse “novo regionalismo” implicam em uma ação prática que transcende os limites das iniciativas tradicionais de desenvolvimento econômico local. Segundo alguns autores, o foco recai na construção de riqueza de regiões (e não da empresa individual), com atualização do nível econômico e base de fornecimento (desde das habilidades até educação, inovação e comunicações), institucional (das agências de desenvolvimento às

empresas organizações e representação política autônoma) e base social, a fim de tornar determinados lugares como pontos-chaves ou centros de vantagem competitiva nas cadeias de valor globais (Scott, 1995; Amin, 1999; Lee et al, 2021).

Considerando as discussões sobre as mudanças trazidas pela “virada institucional” nos estudos do desenvolvimento regional, Amin (1999) retratou em seus trabalhos uma definição para o “novo regionalismo” na qual apresenta um modelo que visa oferecer uma solução baseada na mobilização de recursos locais, elucidando a importância da delimitação de um território que propicia o alcance da competitividade econômica. Assim, Amin (1999) propõe quatro novas áreas de ação que surgiram como perspectiva para o desenvolvimento das regiões, sendo elas: (1) organização de *clusters* e economias locais de associação, (2) aprendizagem e adaptação, (3) ampliação da base institucional local e (4) mobilização da economia social. Nesse contexto, Amin (1999, p. 370, tradução nossa) destaca que “[...] essa abordagem constitui parte de uma nova política industrial e esforço para fortalecer as economias locais de associação para ações de melhoria institucional, reflexividade, potencial de aprendizagem e criatividade social”.

Nesse contexto, Jessop (2001) discutiu que a “virada institucional”, no contexto do “novo regionalismo”, tem considerado as instituições como ponto de entrada para superar antinomias ontológicas, relacionadas a: (a) determinação estrutural e agência social; (b) holismo e individualismo; (c) necessidade e contingência. Para o autor, os retornos institucionais e o caráter relacional, além da crença de que as instituições e a institucionalização são os eixos principais da vida coletiva e da ordem social, iluminam a premissa que “[...]as instituições importam porque são vistas como os pontos de cristalização das formas sociais” (Jessop, 2001, p. 1217).

Tomando impulso nestas discussões, alguns autores afirmaram que a “virada espacial” nos estudos institucionais aponta para o incremento de pesquisas que buscam elucidar a forma como os territórios, espaços e lugares influenciaram esses processos institucionais, referentes, por exemplo, ao “novo” regionalismo, assim como a ação dos atores envolvidos nestes processos (Dimaggio & Powell, 1983; Amin, 1999; Kenis & Knoke, 2002; Bathelt & Glückler, 2014; Glückler, Suddaby & Lenz, 2018).

Segundo Glückler, Suddaby e Lenz (2018, p. 5) “[...]a virada espacial no institucionalismo organizacional é mais latente do que manifesta. Não há uma categoria definida no institucionalismo geográfico e nem muita teorização explícita sobre o espaço na teoria institucional”. No entanto, prosseguem os autores, alguns recentes trabalhos baseados na teoria neoinstitucional apresentam um subtexto óbvio que têm como premissa “[...]as divisões axiais relacionadas ao espaço e as implicações que essas questões têm para os processos do significado e do tempo”. Nesse sentido, Glückler, Suddaby e Lenz (2018) elucidaram que o conceito de “campo organizacional”, de DiMaggio e Powell (1983), problematiza construtos neoinstitucionais implícitos na perspectiva de espaço.

Mais particularmente, Glückler, Suddaby e Lenz (2018) consideram que o conceito de campo organizacional ao iluminar a ideia de confiança implícita na relação estrutural e de fronteiras fornece uma ressonância óbvia para

uma compreensão comparável à organização dos polos, *clusters* e ou de aglomerados regionais na geografia econômica. “A construção do campo institucional pode oferecer a ilustração mais óbvia de como os conceitos do neoinstitucionalismo são baseados em suposições implícitas de espaço” (Glucker, Suddaby & Lenz, 2018 p. 5).

Glückler, Suddaby e Lenz (2018) enfatizaram o conceito de Scott (1994) ao afirmarem que a intenção por trás do conceito de campo organizacional é identificar “[...]uma comunidade de organizações que participa de um sistema de significado comum e cujos participantes interagem mais frequentemente e fatalmente uns com os outros do que com atores fora do campo” (Scott, 1994, p. 207-208). Para Kenis e Knoke (2002), este conceito não apenas reflete os elementos espaciais do construto, mas também incentiva os pesquisadores institucionais a adotar a “rede” como o método lógico de análise dos campos organizacionais, apresentando uma série de construções relacionadas que reforçam ainda mais os elementos espaciais dos campos: centralização, densidade e limites/fronteiras.

De acordo com Glückler, Suddaby e Lenz (2018) esses subcomponentes espaciais do conceito de campos passaram a definir grande parte da elaboração empírica dos campos organizacionais na pesquisa institucional que usou os componentes estruturais dos campos para explicar, por exemplo, a mudança organizacional. Como as instituições são vistas como estruturas sociais cognitivamente totalizantes, a teoria neoinstitucional tem se esforçado para explicar como as organizações inovam e os campos mudam (Suddaby, 2010), tanto em termos das organizações que estão situadas nas margens e ou nas periferias dos campos (Leblebici, Salancik, Copay & King, 1991). Ou ainda em termos das organizações que possuem posições estruturais ou ideias que se movem em um ou mais campos (Greenwood & Suddaby, 2006). Estas visões de atuações das organizações nos campos estão baseadas em suas posições espaciais, tanto geográfica como hierarquicamente, entre as fronteiras do campo institucional (Fligstein & Mcadam, 2012).

Para Glückler, Suddaby e Lenz (2018), as primeiras pesquisas na teoria neoinstitucional foram dedicadas a examinar a difusão global de práticas e ideias de gestão, como gestão de qualidade total, reengenharia de processos de negócios e nova gestão pública. Embora as fronteiras espaciais do campo organizacional, nessa visão, tenham sido expandidas para o nível global, essa corrente de teoria neoinstitucional tem uma forte semelhança com um corpo de literatura em geografia econômica que se concentra em cadeias de valor globais. De acordo com Scott (1994), a teoria institucional organizacional tem um aspecto em comum com a geografia econômica relacionado ao entendimento de que a “divisão axial do espaço físico” está intimamente associada a uma “divisão correspondente do espaço ideacional”. Para o autor, essa correspondência fica mais clara na definição de campos organizacionais de entidades que não apenas interagem “com frequência e fatalidade” no mesmo espaço físico ou comunicativo, mas também, “participam de um sistema de significado comum” (Scott, 1994 p. 207).

Além disso, pesquisadores institucionais estão fazendo progressos no desenvolvimento teórico referente a relação entre significado e espaço, particularmente em estudos sobre a compreensão de como a capacidade de uma entidade de se encaixar em uma categoria semântica pode melhorar a sua legitimidade percebida (Hsu, Hannan & Koçak, 2009; Zuckerman, 1999). Um avanço maior neste sentido veio de *insights* metodológicos em modelagens de tópicos em que técnicas estatísticas relacionadas à “rede”, comumente usadas para medir a interação no espaço, são aplicadas à interação em sistemas de significado (Dimaggio, Nag & Blei, 2013; Mohr & Bogdanov, 2013; Mohr & Guerra-Pearson's, 2010). Além disso, cita-se uma área de pesquisa nascente na teoria neoinstitucional que estende essa linha de raciocínio para sugerir que a divisão axial do espaço institucional não apenas impacta o significado, mas também altera a compreensão do tempo e da história (Suddaby, Foster & Mills, 2013).

Nesse contexto, o conceito de institucionalismo situado surge como um tema emergente para a ampliação do olhar nos estudos institucionais e, mais especificamente, do campo organizacional. Dacin, Zilber e Lounsbury (2018) propuseram um simpósio intitulado “*Situated Institutions: The Role of Place, Space and Embeddedness in Institutional Dynamics*” que promoveu uma reflexão sobre a temática, pela produção de oito estudos empíricos que foram apresentados em duas edições do *Academy of Management Meeting: Proceedings* nos anos de 2018 e 2019.

Na edição de 2018 do simpósio, os estudos contemplados abordavam temáticas relacionadas aos legados históricos do lugar na revitalização de uma indústria (Dutta & Park, 2018); no reconhecimento do lugar, localização e comunidades na dinâmica do campo institucional (Ziber, 2018); nos aspectos institucionais das práticas de policiamento e proteção do lugar (Crawford & Dacin, 2018); nas instituições como lugares de inclusão social e prestação de serviços de saúde à comunidade (Wright, Meyer & Reay, 2018).

Na edição de 2019 do simpósio, os estudos apresentados discutiram sobre o papel do lugar na institucionalização de conflitos ambientais (Gary & Putnam, 2019); sobre uma biblioteca pública como um lugar de inclusão social e práticas institucionais (Svejenova & Boxenbaum, 2019); dos desastres naturais e práticas sociais que restauram e geram emoções coletivas no trabalho institucional (Kibler, Farny & Shepherd, 2019); sobre os aspectos institucionais que envolvem a proteção do lugar e do tecido Harris Tweed (Canniford, Dacin & Dacin, 2019).

Ressaltam-se ainda alguns recentes estudos que desenvolveram uma discussão acerca do conceito de “institucionalismo habitado”, buscando elucidar a perspectiva do interacionismo com objetos de estudo diversificados, relacionados a política simbólica (Hallett & Meanwell, 2016), ao ativismo estudantil e as culturas universitárias (Reyes, 2015), as emoções dos professores (Tsang, 2019), as novas imigrações (Everitt & Levinson, 2016), acerca das congregações inclusivas à homossexualidade (Whitehead, 2017), sobre os assentamentos rurais de reforma agrária (Grigoletto, 2018). Cita-se, ainda, Reyes (2015) ao afirmar que o institucionalismo habitado proporciona uma compreensão dos processos organizacionais por meio de abordagens, como a teoria ator-rede (Latour, 1996). De acordo com Grigoletto (2018), o foco

nesses processos organizacionais auxilia na compreensão de como diversos significados surgem nas relações desenvolvidas pelas instituições. E, por fim, Hallett e Ventresca (2006) retrataram em seu estudo o “institucionalismo situado” como “institucionalismo habitado” o qual concentra-se na integração, não apenas em termos dos rituais de interação da situação imediata (nível micro), mas também de estruturas organizacionais formais, e nas condições mais amplas de possibilidades (meso e nível macro).

Esses estudos caracterizam-se como uma análise dos processos institucionais, refletindo sobre como o espaço e o lugar impactam em aspectos relacionados a saliência, ressonância, força e ao escopo das instituições (Dacin et al., 2019). Diante do exposto e para esta pesquisa, define-se o “institucionalismo situado” como a compreensão de práticas institucionais atuadas em espaços, buscando compreender a interação entre os atores e as influências dos espaços institucionalizados no âmbito econômico, político e social do contexto onde estas instituições estão situadas (Dacin et al., 2019).

Em suma, os estudos citados tecem os fios em direção a uma “virada espacial” emergente no institucionalismo organizacional. Alguns autores consideram que neste estágio, a “virada” ainda está latente e se reflete, principalmente, em suposições implícitas que desmentem uma compreensão distinta das instituições como instrumentos de criação, manutenção e mudança de fronteiras espaciais (Lamont & Molnár, 2002). Segundo Lamont e Molnár (2002), a metáfora das instituições como uma “gaiola de ferro” (Dimaggio & Powell, 1983) talvez resuma melhor as bases espaciais implícitas das instituições.

Os autores citados preconizam que para que a “virada espacial” se torne formalizada e explícita na teoria organizacional, o engajamento intelectual com colegas em outras disciplinas, particularmente, na Geografia e por que não, enfatizamos nós, nos Estudos Organizacionais, teria que se intensificar. Essas trocas aprofundariam a compreensão do espaço e das fronteiras, menos como declarações de propriedade física e ou como processos opressivos, como as gaiolas de ferro, e mais como oportunidades para compreender a interação criativa de dimensões como espaço, tempo e do significado de práticas institucionais (Lamont & Molnár, 2002; Dacin et al., 2019).

Nesse sentido, Glückler, Suddaby e Lenz (2018, p. 8) enfatizaram que “[...]as instituições são constituídas e reproduzidas por meio de interações sociais repetidas e contínuas[...]” e, portanto, estas estão “confinadas ao contexto social”. Além disso, os autores argumentaram que “[...]o contexto social é frequentemente limitado territorialmente, mas não necessariamente”. Os autores ainda sublinharam que as “[...]leis e regulamentos são impostos às jurisdições geográficas”. Da mesma forma, as “[...]convenções e rotinas são criadas, compreendidas e compartilhadas em contextos geralmente muito menores[...]”, estando estes processos inseridos em lugares, bairros, cidades e regiões. Além disso, as “[...]políticas estaduais, regulamentações legais e até padrões tecnológicos têm certo alcance territorial[...]”, assim como os “[...]hábitos informais que só podem ser praticados por pessoas que os conheçam”. Nesse sentido, a “[...]proximidade física muitas vezes é um forte capacitador para pessoas desenvolverem e sustentar essas práticas e sancionar umas às outras”. Por fim, considera-se, juntamente



com Glückler, Suddaby e Lenz (2018), que a perspectiva do “intitucionalismo situado” surge como uma forma de explorar as relações entre as instituições, espaços, lugares e localizações.

## ■ Procedimentos metodológicos

Considerando a afirmativa de Grigoletto (2018) sobre o estabelecimento de um nível de análise que possibilite a combinação da ideia de lugar com a ideia de organização em referência ao espaço e que ilumine os processos sociais ali construídos, a metodologia foi proposta baseada no caso do Polo Industrial Tecnológico de Saúde – PITS situado no bairro da Precabura na cidade de Eusébio no Ceará.

Os procedimentos da pesquisa, de natureza qualitativa, se basearam na estratégia do estudo de caso. Para Yin (1993 p. 13), o estudo de caso investiga um “[...]fenômeno contemporâneo em seu contexto real[...]”, principalmente quando “[...]os limites entre fenômeno e contexto não são claros”. O presente estudo considerou a modalidade qualitativa do estudo de caso. Para Merriam (1988), o estudo de caso qualitativo denota que o interesse do(a) pesquisador(a) está mais voltado para a compreensão em profundidade de processos sociais. No estudo de caso qualitativo, Becker (1994) enfatiza a necessidade de se obter uma compreensão ampla sobre um determinado contexto, analisando quem são os atores, as formas de interação, os processos recorrentes e como os grupos se relacionam uns com os outros e com o contexto externo.

Em termos de construção teórica, para Eisenhardt (1989), esse esforço no estudo de caso é relevante quando não se tem conhecimento suficiente disponível para explicar um fenômeno em particular e assim se faz necessário explorar possibilidades teóricas emergentes. Por outro lado, Flick (2004) adverte que nos estudos qualitativos, a teoria é entendida como “visões de mundo”, estando sujeita a revisões e reelaborações contínuas. Nesse sentido, o processo de construção teórica nesta pesquisa estará relacionado a um “[...]conjunto de conceitos usados para definir e \ ou explicar um determinado fenômeno” (Silverman, 2000 p. 301).

A coleta e geração de dados consistiram no levantamento e na constituição de um acervo bibliográfico e documental (Gray, 2012). Por meio de buscas nos *sites* institucionais do Governo do Estado do Ceará, Prefeitura de Eusébio e da Fundação Oswaldo Cruz foi possível ter acesso a um conjunto de materiais e documentos institucionais que retrataram o histórico de criação, construção e organização do PITS, assim como suas relações localizadas na cidade de Eusébio.

Os documentos foram selecionados com base nos critérios propostos por Cellard (2014) que afirmou que a pesquisa documental deve ter sua análise baseada em cinco dimensões: contexto, autoria, autenticidade/confiabilidade, natureza e os conceitos-chave. Além da consideração dessas cinco dimensões, para cada documento foi necessário entender o período no qual ele foi produzido, quem o produziu, qual a veracidade dessas informações, o tipo e quais os objetivos a que se propõe o documento. Considerando esses critérios foram selecionados 20 documentos para

a constituição do acervo dessa pesquisa (Quadro 1). Além disso, foram consideradas nas análises duas entrevistas (Entrevista A e B) realizadas com atores envolvidos na organização do PITS e que foram veiculadas nas mídias sociais e que para este estudo foram consideradas como “documentos”.

Quadro 1. Composição do acervo da pesquisa

Ano	Título do Documento	Equipe Técnica	Tipo
1998	Diagnóstico do município de Eusébio	Ângelo Trévia Vieira Fernando A. C. Feitosa Sara Maria Pinotti Benvenuti	Documento institucional
2009	Governo do Estado faz doação de terreno para instalação da Fiocruz no Ceará	Secretária da Saúde do Ceará	Notícia
2009	Fiocruz assina acordo para nova unidade no Ceará	Fundação Oswaldo Cruz	Notícia
2009	Perfil Básico Municipal – Eusébio	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Documento institucional
2010	“Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento do complexo econômico e industrial da saúde no estado do Ceará”	Jair do Amaral Filho Leilane Riedmiller Mendes Francisco José Alves de Castro Nadja Mara de Sousa Lopes	Documento institucional
2015	Localizado no Eusébio, Polo Industrial e Tecnológico da Saúde será inaugurado no segundo semestre de 2016	Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Documento institucional
2018	Plano Plurianual do Município de Eusébio 2018-2021	Acilon Gonçalves Paulo César Feitosa Arraes Ramiro Barroso	Documento institucional
2018	Ceará 2050 – Estudo Setorial Especial	Vera Maria Câmara Coêlho Arnaldo Ribeiro Costa Lima Maria Ivone Ferreira Melo	Documento institucional
2018	Estudo Setorial – Projetos e Empreendimentos Estruturantes	Almir Alves Fernandes Tavora Filho	Documento institucional
2018	Inauguração da Fiocruz Ceará marca início do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS)	Governo do Estado do Ceará	Notícia
2018	Mapa Estratégico da Saúde 2019-2023	Secretária da Saúde do Ceará	Documento Institucional
2018	Masterplan – Criação de uma entidade de amparo para as empresas do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde	Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC	Documento Institucional
2018	Polo Industrial e Tecnológico da Saúde Fiocruz Ceará	Fundação Oswaldo Cruz	Vídeo Institucional
2020	Estratégia para financiamento da política de desenvolvimento urbano de Eusébio/CE	Cid Blanco Junior Camila Maleronka Fernando de Mello Franco Sara Vieira Rosa Gilmara da Silva Gonçalves	Documento institucional
2020	História – Eusébio	Prefeitura Municipal de Eusébio	Notícia
2021	Eusébio: o novo oásis social e econômico do Ceará	Prefeitura Municipal de Eusébio	Notícia
2021	Fiocruz Ceará: História	Fundação Oswaldo Cruz	Notícia
2021	Fiocruz Ceará: Parcerias	Fundação Oswaldo Cruz	Notícia
2021	Polo Industrial e Tecnológico da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz	Notícia
2021	Polo Industrial e Tecnológico da Saúde	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará	Notícia

Fonte: Elaborado pelas autoras

Seguiram-se os procedimentos de análise documental que, segundo Cellard (2014), se desenvolvem em duas etapas que se conjugam: (i) a fase preliminar e a (ii) e a fase da análise. Nesta pesquisa, a fase preliminar reuniu os procedimentos envolvidos para a seleção e constituição do acervo (Quadro 1), conforme descrito anteriormente. Na parte da análise propriamente dita foram selecionadas, à luz do objetivo da presente pesquisa, as “pistas documentais” (Cellard, 2014 p. 303), a fim de estabelecer as ligações, as comparações e de constituir configurações significativas entre os elementos pertinentes do texto documental com outras dimensões contidas no *corpus* documental da pesquisa. Esses procedimentos foram concretizados por meio de leituras repetidas que permitiu identificar as similitudes, relações e diferenças, assim como as combinações possíveis entre os diferentes elementos contidos nas fontes documentais e a problemática, objetivo e o quadro teórico, caracterizando a validade da presente pesquisa (Cellard, 2014).

Justifica-se essa proposta, ao considerarmos a afirmativa de Brelaz e Alves (2013) quando enfatizaram que nesse tipo de análise, a ênfase se desloca para a linguagem, os documentos e os arquivos da organização, possibilitando uma discussão sobre como os processos, ações e atividades serão compreendidas. Com isso foram articuladas as seguintes “temáticas de compreensão”: (i) O Caso do Polo Industrial Tecnológico da Saúde (PITS) na cidade de Eusébio: práticas institucionais e o campo organizacional; (ii) O organizar do institucionalismo do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS). O estabelecimento das “temáticas de compreensão” resultou de um confronto reflexivo entre as análises das categorias teóricas problematizadas no objetivo, questão e proposição dessa pesquisa, e as categorias empíricas que se evidenciaram da análise documental propriamente dita.

## Análises e resultados

### O caso do Polo Industrial Tecnológico da Saúde (PITS) na cidade de Eusébio/CE: práticas institucionais e o campo organizacional

As discussões a seguir tiveram como objetivo refletir sobre o reconhecimento de elementos espaciais, referentes ao lugar, as fronteiras, de rede, acessibilidade e de localização na organização do campo institucional do PITS (Ziber, 2018; Scott, 1994; Gluckler, Suddaby & Lenz, 2018).

Para isso, foi considerado o conceito de “institucionalismo situado” que se baseia na identificação de práticas institucionais situadas nos espaços, buscando compreender a interação entre os atores e as influências no organizar de campos organizacionais situados (Dacin et al., 2019; Smets, Aristidou & Whittington, 2017; Weick, 1979). Considerou-se como base para estas discussões a questão guia colocada na Introdução desse estudo: afinal, o processo de institucionalização do PITS, localizado na cidade de

Eusébio, ocorre de forma situada? Na seção a seguir, será apresentada uma breve contextualização do caso em si e da cidade de Eusébio, referente as características de sua localização, enquanto lugar onde está situado o campo institucional do PITS.

Eusébio foi criada como cidade no ano de 1987, por meio da Lei nº 11.333 em que foi desmembrada do município de Aquiraz, tendo seu nome escolhido como forma de homenagem ao abolicionista Eusébio de Queiroz Matoso e Câmara (Júnior, Arraes & Barroso, 2017; Prefeitura Municipal de Eusébio, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), a população do município de Eusébio no último censo foi de, aproximadamente, 46.033 pessoas, sendo estimada para o ano de 2020 o equivalente a 54.337 habitantes.

A cidade de Eusébio está localizada na região nordeste brasileira, no estado do Ceará, apresentando uma área absoluta de 76,58 km<sup>2</sup>, em que as principais formas de acesso à cidade ocorrem por meio da rodovia CE-040 e BR-116, sendo Fortaleza, Aquiraz e Itaitinga as cidades que fazem fronteira com o município (Ipece, 2009). A localização da cidade de Eusébio representa uma dimensão significativa nos investimentos que vêm de fontes externas, pois, de acordo com o documento “Estratégia para financiamento da política de desenvolvimento urbano de Eusébio/CE” desenvolvido por Blanco Junior et al. (2020, p. 36):

O município de Eusébio está inserido no vetor leste de desenvolvimento da cidade de Fortaleza, em que esse vetor é caracterizado por um conjunto de ações articuladas por parte do poder público local, governo estadual e iniciativa privada que vem atribuindo diferenciais ao município na lógica de divisão territorial do trabalho. A infraestrutura rodoviária e aeroviária instalada amplia a acessibilidade do município dentro dos fluxos metropolitanos e atrai investimentos nos setores industrial, imobiliário e de serviços.

Os fatores de localização e acessibilidade da cidade de Eusébio apresentam um potencial estratégico de apoio nas ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará, refletindo assim na expansão da infraestrutura do município e implementação de novas instituições. Infere-se que essas ações se baseiam na delimitação de um espaço territorial, com a mobilização de recursos locais, a construção de arranjos de associação, promovendo uma ampliação da base institucional local, com vistas a mobilização da economia, em especial do setor da saúde (Amin, 1999).

Alguns trechos do documento acima citado fornecem algumas “pistas documentais” (Cellard, 2014) que surgem como uma forma de explorar as relações entre as instituições, espaços, lugares, fronteiras e localizações (Gluckler, Suddaby & Lenz, 2018), relacionadas por exemplo: (i) a ideia de espaço ao referir questões acerca de um “contexto social urbano limitado territorialmente”; (ii) de “políticas estaduais, leis e regulamentos impostos às jurisdições geográficas”; (iii) e de “convenções e rotinas compreendidas e compartilhadas em um contexto, envolvendo organizações entre limites/fronteiras entre cidades/região”.

A cidade de Eusébio apresenta atividades econômicas diversificadas que variam desde o turismo, agricultura, pecuária, pesca, desenvolvimento industrial, até em atividades comerciais em que é possível observar investimentos em diversos setores. De acordo com o “Plano Plurianual de

Eusébio” (2015), as empresas industriais ativas no município eram equivalentes a 603 no total, e os estabelecimentos comerciais caracterizavam em um total de 1.159 unidades. Em relação ao aspecto de trabalho e rendimento, de acordo com o IBGE (2021) em pesquisa realizada em 2018, o pessoal ocupado era o equivalente a 41.970 pessoas, caracterizando 79,4% da população da cidade.

No âmbito da saúde, o Plano Plurianual proposto por Gonçalves, Arraes e Barroso (2015) apresenta informações relacionadas ao número de instituições ligadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, em que, no censo de 2015, foram identificadas 29 instituições (públicas e privadas) disponíveis na cidade, assim como 530 profissionais de saúde (médicos, dentistas, enfermeiros, agentes comunitários, entre outros). As taxas de mortalidade infantil no período de 2009-2016 apresentaram redução de 15,58 para 4,77 respectivamente, refletindo uma mudança nas estratégias e implementação de políticas públicas que priorizavam a saúde da população. Está disponibilizado no site institucional da Prefeitura Municipal de Eusébio (2021), que o “[...]município apresenta uma rede de saúde exemplar, que envolve diversos atores e agentes de saúde, pois conquistou o reconhecimento da Organização das Nações Unidas – ONU por apresentar a menor mortalidade infantil do Brasil”.

Torna-se importante destacar que os investimentos nas políticas de saúde da cidade de Eusébio fazem parte de um plano estratégico de longo prazo do Governo do Estado do Ceará, em que indica a saúde como “rota estratégica” para desenvolvimento e consolidação no estado, com ações de curto, médio e longo prazo. O documento “Ceará 2050 – Estudo Setorial Especial” desenvolvido por Coelho, Lima e Melo (2018) buscou retratar a trajetória histórica acerca dos indicadores de saúde nos últimos 30 anos, assim como apresentar uma evolução das políticas e marcos regulatórios para o setor, relacionados aos projetos desenvolvidos que tinham como objetivos aumentar o nível da qualidade de vida e os índices de desenvolvimento humano, ações estas que resultaram no aumento da expectativa de vida da população do estado.

Contudo e considerando o objetivo desse estudo, supomos que esse conjunto de ações articuladas por parte do poder público local, Governo estadual e iniciativa privada delinea um campo organizacional, conforme definido por DiMaggio e Powell (1983), enquanto organizações que, no agregado, constituem uma área reconhecida da vida institucional. Por outro lado, Glückler, Suddaby e Lenz (2018) enfatizaram o conceito de Scott (1994) ao afirmarem que a intenção por trás do conceito de campo organizacional é identificar “[...]uma comunidade de organizações que participa de um sistema de significado comum e cujos participantes interagem mais frequentemente e fatalmente uns com os outros do que com atores fora do campo” (Scott, 1994 p. 207-208). Este conceito reflete além dos elementos espaciais, a ideia de “rede” para a análise dos campos organizacionais, reforçando elementos, como: centralização, densidade e limites/fronteiras. Além disso e conforme Smets, Aristidou e Whittington (2017), no processo de um institucionalismo orientado pela prática é possível observar o organizar de um coletivo de instituições que ocorre por meio de práticas situadas.



Na análise documental verificou-se que algumas práticas institucionais estão sendo operacionalizadas em conjunto com práticas estratégicas, sendo que algumas dessas evocam uma ideia “situada”, entre estas: (i) as práticas que priorizam a saúde da população que habita a cidade de eusébio, relacionadas ao fortalecimento de instituições ligadas ao SUS, assim como ao incremento do coletivo de profissionais de saúde; citam-se ainda as práticas de políticas públicas relacionadas à redução das taxas de mortalidade infantil da cidade do Eusébio. Estas inferências também se baseiam na análise dos planos governamentais ao se referir as políticas que indicam o setor da saúde como “rota estratégica” (Coelho, Lima & Melo, 2018). Por outro lado, também se evidenciam alguma “pistas documentais” relacionadas as potencialidades estratégicas de fatores “situados”, como, por exemplo, enfatizando questões de localização, espaços, lugares, fronteiras, redes de organizações e acessibilidade da cidade de Eusébio. Esses fatores estão atuando na expansão da infraestrutura do município e implementação de novas instituições, caracterizando um campo organizacional (Glucker, Suddaby & Lenz, 2018; Suddaby, Seidl & Lê, 2013; Vaara & Whittington, 2012).

No contexto dos estudos institucionais, observa-se dessas análises um deslocamento de ênfases da geografia econômica (Amin, 1999) para outras áreas do conhecimento, entre estas, as reflexões acerca do espaço institucional e os seus significados para o contexto histórico e social da cidade de Eusébio (Dacin, Zilber & Lounsbury, 2018; Suddaby, Foster & Mills, 2013; Suddaby, Seidl & Lê, 2013; Ziber, 2018). Reiterando estas discussões sobre a evidencia do organizar de um campo organizacional, possivelmente, de caráter situado, ao se basearem em uma complexidade que envolve as relações entre as organizações e os contextos nos quais fazem parte, evidenciam-se dessas análises documentais algumas práticas estratégicas dirigidas para a ampliação do complexo industrial e tecnológico de saúde (PITS). Considera-se que as rotas estratégicas do Governo do Estado se direcionam no sentido de influenciar o deslocamento, a criação e o desenvolvimento de novas instituições, por meio de um conjunto de práticas emergentes e generativas, possivelmente de caráter situado ao enfatizar processos espaciais de lugar, localização, fronteiras, redes e acessibilidade na cidade de Eusébio (Smets, Aristidou & Whittington, 2017; Glückler, Suddaby & Lenz, 2018). Essas questões serão aprofundadas no próximo item.

## O organizar do institucionalismo do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS)

Em conjunto com a discussão do processo de institucionalização situada do PITS, evocamos, segundo Smets, Aristidou e Whittington (2017), o institucionalismo orientado por práticas que auxilia na compreensão de que forma as práticas influenciam esses processos, sejam de planejamento, desenvolvimento e ou execução das ações, assim como a forma como os significados são atribuídos a estes processos institucionais. Nesse sentido, o estudo intitulado “Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento do complexo econômico e industrial da saúde no Estado do Ceará”, desenvolvido por Amaral Filho, Mendes, Castro e Lopes (2010,

p. 280) delineou um conjunto de práticas institucionais que podem ser compreendidas, potencialmente, como “situadas” no contexto do PITS.

Essas práticas institucionais de saúde se deslocaram para além dos espaços do PITS, se desdobrando em ações que marcaram diferentes áreas e contextos, tanto socioeconômicas, como aqueles direcionados às políticas públicas, assim como práticas caracterizadas como de ciência e tecnologia, de serviços de saúde, relacionadas a indústria química, às pesquisas biotecnológicas, de base física, mecânica, eletrônica e de materiais. Esse conjunto de práticas institucionais enfatizavam ainda uma rede de atores e ações complementares, entre estas: i) articular, de forma sistemática, todas as partes, atores e agentes que compõem o Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), dentro de uma visão sistêmica, utilizando para isso a Câmara Setorial da Saúde do Ceará da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE); (ii) revelar e promover o “Polo do Conhecimento em Saúde de Porangabussu da cidade de Fortaleza”, por meio da estruturação de governança; maior integração e aproveitamento das infraestruturas física e tecnológica; maior interação e cooperação entre os pesquisadores; construção de estacionamentos e áreas de lazer; construção de incubadora de ideias inovadoras; (iii) priorizar a criação, institucionalização, organização e desenvolvimento do Parque Industrial e Tecnológico em Saúde (PITS) na cidade do Eusébio; (iv) gerar estruturas e arranjos institucionais com objetivos de melhorar o nível da capacidade técnica da força de trabalho empregada nas empresas industriais, sobretudo, nas especialidades de técnicos de laboratório, técnicos em análises clínicas, técnicos em química, técnicos em manipulação, pessoal de nível médio para atender funções na produção e planejamento no contexto do PITS.

Essa rede de atores, profissionais, e ações planejadas com influências para atuar no campo institucional da saúde situado na cidade de Eusébio, além de iluminar a ideia de uma possível confiança implícita na relação estrutural e de fronteiras entre as diferentes práticas e espaços, assim como entre diferentes atores como pessoas, profissionais, organizações e instituições que atuam nos lugares envolvidos, reforçam uma compreensão dos processos do organizar do PITS enquanto um campo institucional, indo além das fronteiras geográficas da cidade do Eusébio, ao envolver o campo institucional da saúde da cidade vizinha, a capital Fortaleza.

Supõe-se que o organizar (*organizing*) (Weick, 1995) desse campo institucional do PITS está baseado em suposições implícitas de redes, espaços, lugares, fronteiras, acessibilidades e localizações, ligando, por exemplo, as cidades de Fortaleza e do Eusébio (Zilber, 2006). Este conjunto de práticas relacionado ao processo de institucionalização do PITS se coaduna com a colocação de Scott (1994) e Glückler, Suddaby e Lenz (2018) quando enfatizaram que o campo organizacional, enquanto uma comunidade de organizações que se reúne com base em significados comuns, termina por facilitar uma interação profícua entre os atores e agentes.

Por outro lado, o conceito de institucionalismo situado objetiva a identificação de práticas institucionais atuadas em espaços, buscando compreender a interação entre os atores, pessoas e instituições, e as influências dos espaços institucionalizados no âmbito econômico, político e social do contexto onde estas instituições estão situadas (Dacin et al., 2019).

Conforme as análises documentais, este processo de organizar do campo do PITS envolveu várias e diferentes ações coletivas, predominantemente de base macrossocial, que foram propostas para serem conectadas de acordo com um padrão que foi institucionalizado para um determinado momento, mas também em um determinado lugar. Contudo, esses processos ao enfatizarem uma base microssocial, particularmente, relacionadas aos pesquisadores, aos profissionais e a formação de técnicos da saúde levantaram suposições sobre o possível “[...]habitar o institucionalismo com as pessoas, suas atividades de trabalho, interações sociais e processos de construção de significado local” (Hallett, 2010, p. 27).

A seguir, se consideram dois documentos de entrevistas (A e B) realizadas com atores envolvidos no processo de institucionalização situado do PITS e que foram veiculadas nas mídias governamentais, e que, por isso, compuseram o acervo dessa pesquisa como “documentos”. No ano de 2009 e de acordo com a Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2015), o Governo do Estado do Ceará doou 32 hectares do espaço total onde o PITS está situado para a Fiocruz, para a construção da sede da instituição no Ceará, assim como a construção do Centro de Plataformas Vegetais de Bio-Manguinhos que está relacionado ao setor de produção de vacinas e biofármacos da Fiocruz (Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2015).

Segundo os documentos produzidos com as entrevistas A e B, a instalação da Fiocruz no PITS faz parte da rota estratégica de saúde contidas nas políticas de desenvolvimento no estado do Ceará relacionadas “[...]ao desenvolvimento científico, formação de pessoas e de produção de vacinas e medicamentos”. Nesse sentido, evidencia-se que o PITS surge como uma instituição situada na cidade de Eusébio pensada e planejada para possibilitar o desenvolvimento de pesquisa, inovação, tecnologia entre instituições públicas e privadas com enfoque na área da saúde.

Como se observa das análises, uma das dimensões salientada nos trechos documentais, refere-se às questões da espacialidade e da dinâmica espaço-temporal desses processos institucionais, assim como do papel das instituições envolvidas (Glückler, Suddaby & Lenz, 2018; Suddaby, 2010). A escolha da cidade do Eusébio como o espaço, como o lugar para operacionalizar e situar o processo de institucionalização do PITS (Glückler, Suddaby & Lenz, 2018; Zucker, 1988) ocorreu desde o ano de 2009. Conforme o decreto nº 29.803 de 15 de julho de 2009, neste ano o Governo do Estado do Ceará adquiriu um terreno de, aproximadamente, 70 hectares para construção do PITS, realizando um investimento inicial de R\$3,1 milhões (Secretaria da Saúde do Ceará, 2009).

Além disso, para o organizar do PITS na cidade de Eusébio foi necessária uma reavaliação e readaptação dos espaços urbanos e da estrutura da cidade, por meio de um Projeto de Lei 10/2012 que originou a delimitação de espaços de urbanização principal, central, prioritária, moderada, adensada, restrita, condicionada, organização dos espaços especiais de desenvolvimento econômico sustentável industrial, os espaços para equipamentos especiais, objetivando a criação da Área Especial da Indústria da Saúde (AEIS). Esse projeto de reorganização espacial urbana foi enviado no dia 19 de setembro

de 2013 para a Câmara Municipal da cidade de Eusébio para apreciação e votação em plenário, sendo que após aprovado o Projeto de Lei 77/2013 instituiu, como preconiza o seu Art. 10, os espaços urbanos entre os quais daria o processo de organização do PITS, entre as fronteiras dos espaços da AEIS.

Essas práticas institucionais evidenciadas se baseiam em questões teóricas precedentes ao iluminar proposições relacionadas a uma metáfora “espacial” inerente aos estudos do “novo” regionalismo” (Amin, 1999). Estes estudos apresentam um modelo que visa oferecer uma solução baseada na mobilização de recursos locais, elucidando a importância da delimitação de um território.

Contudo, um dos pontos de interesse desse artigo se refere as questões relacionadas a “virada espacial” no institucionalismo organizacional que evidenciam como esses processos institucionais se desdobram no espaço; nas maneiras pelas quais esse processo está situado em lugares; como diferentes práticas conectam as pessoas e organizações entre os lugares e da influência desses processos em territórios delimitados. Esses pontos devem evidenciar uma compreensão do espaço e de suas fronteiras, menos como declarações de propriedade física e ou como processos opressivos (como a referência as gaiolas de ferro), e mais como oportunidades para compreender uma interação criativa de diferentes dimensões como espaço-tempo, história e do significado de práticas institucionais caracterizadas como situadas (Suddaby, 2010; Zilber, 2018; Glückler, Suddaby & Lenz, 2018).

Segundo Távora Filho (2018 p. 80), “[...]as empresas que vierem a se instalar no PITS, conforme estabelece o Decreto nº 30.012, de 30 de dezembro de 2009, serão beneficiadas com incentivos fiscais de até 99% do ICMS gerado em função da produção, na forma prevista na legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial, com retorno de até 1% e prazo de fruição de até 10 anos”. De acordo com o requerimento nº 3440/2018 da Câmara Municipal de Fortaleza, a inauguração do PITS ocorreu no dia 26 de junho de 2018 com um investimento inicial de 170 milhões. A inauguração foi marcada pela abertura da unidade da Fiocruz que é considerada a empresa âncora do PITS. Atualmente, o PITS encontra-se em sua fase inicial de organização, tendo recebido três instituições âncoras: (i) a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e (ii) o Centro de Plataformas Vegetais de Bio-Manguinhos/Fiocruz (Távora Filho, 2018) e a Isofarma Industrial Farmacêutica (Isofarma).

Não obstante as ênfases de análises dos itens anteriores nas questões espaciais do lugar, das fronteiras, redes, da acessibilidade e da localização do PITS, situado na cidade de Eusébio, é interessante observar que o processo de institucionalização do PITS se pauta mais por um organizar baseado em uma rede de práticas institucionais de caráter macrossocial, pouco considerando as questões relativas aos significados das características estruturais contidas nas relações e interações microssociais, envolvendo, por exemplo, os profissionais, os pesquisadores, os técnicos e as pessoas que habitam o PITS e a cidade de Eusébio (Grigoletto, 2018; Suddaby, 2010, 2015; Willmott, 2015). Além disso, verifica-se que o PITS também se orienta pelo tradicional modelo referente as políticas regionais que tinham como propósito possibilitar incentivos e benefícios que estimulassem diferentes

organizações a se instalarem em regiões menos favorecidas. Segundo Amin (1999), muitas vezes estas estratégias não eram sustentáveis, fazendo com que o desenvolvimento das regiões ficasse à mercê da permanência dessas organizações denominadas “âncoras”.

Cita-se, por exemplo, o documento intitulado “Masterplan – Criação de uma entidade de amparo para as organizações participantes do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde” desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC (2018) que propõe um projeto de viabilização do ecossistema do PITS, pela criação de uma entidade de amparo às organizações. Nesse mapeamento é apresentado as entidades indicadas a participarem desse campo organizacional o qual evidenciou-se que todas deverão estar situadas localmente, entre estas: as empresas do setor da saúde e outras instituições ligadas à ciência & tecnologia atuantes na Câmara Setorial de Saúde da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – Adece; o Parque de Desenvolvimento Tecnológico – Padetec; o Governo Municipal do Eusébio, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; as farmacêuticas, a destilação, refinação de petróleo ligadas ao Sindicato das indústrias químicas – Sindquímica e o Governo do Estado do Ceará. Conta-se ainda com a Fiocruz que é uma instituição nacional que visa a promoção de saúde e o desenvolvimento social por meio da difusão do conhecimento científico e tecnológico (Fiocruz, 2021).

A história da Fiocruz no estado do Ceará iniciou a partir de um convênio realizado no ano de 2007 entre o Governo do Ceará e a instituição, que tinham como objetivos: (1) fortalecer e qualificar a estratégia da saúde da família; e (2) estimular o desenvolvimento industrial na área da saúde. A instalação da Fiocruz no estado do Ceará veio permeada de ações conjuntas entre diferentes atores locais, situados no estado. De acordo com a Fiocruz (2018), o projeto da sede no Ceará foi idealizado a partir de uma visão da ciência, tecnologia e inovação como pilares fundamentais para a redução das desigualdades regionais brasileiras. A instalação da Fiocruz Ceará se deu por meio de esforços dela própria, dos governos do estado e do município de Eusébio, além de universidades cearenses, tendo como objetivo produzir novas abordagens inovativas que favoreçam a consolidação do SUS e, em consequência, promovam inclusão social e fortalecimento da democracia, pois, de acordo com a Fiocruz (2018): “[...]a instalação da sede no PITS na cidade do Eusébio integra uma visão de superação de desigualdades regionais para o desenvolvimento do país”. Alguns estudos já indicaram o papel das práticas institucionais situadas ao enfatizarem sua relação com questões de vulnerabilidades, como a exclusão/inclusão de populações (Svejenova & Boxenbaum, 2019), mas afinal como estes processos serão abordados nos espaços situados do PITS? Observa-se que essas perspectivas sobre um institucionalismo situado ao delimitar processos no espaço impactam em diferentes aspectos, relacionados, por exemplo, à saliência, ressonância, força e escopo das instituições (Dacin et al., 2019), inclusive em relação as populações e as pessoas que habitam o lugar (Grigoletto, 2018), questões essas que deverão serem aprofundadas em relação ao PITS.

Contudo e em um contraponto à referência de um institucionalismo organizacional praticado por meio de posições microssociais em relação as bases macroinstitucionais, o documento intitulado “Estratégia para



financiamento da política de desenvolvimento urbano de Eusébio/CE”, desenvolvido por Blanco Junior et al (2020), aponta que “[...]o PITS em Eusébio traz uma especialização de alto valor para o setor específico de serviços, sendo que esses processos vêm sendo responsável pela elevação das receitas tributárias da cidade de Eusébio”. A implementação do PITS na cidade de Eusébio também influenciou mudanças significativas para o município, promovendo o desenvolvimento não apenas no setor da saúde, mas no âmbito de infraestrutura, na educação, ciência, inovação e tecnologia, assim como na esfera econômica, política e social. Conforme apresentado pelo entrevistado A:

Não tem dúvida que, a médio e longo prazo, a região de Eusébio, com a presença da Fiocruz e outras instituições que vão se instalar nesse espaço do PITS, farão uma grande mudança tecnológica de inovação, de formação e de qualificação na área da saúde pública para o Ceará e para o Nordeste brasileiro.

Contudo, no mapa estratégico 2019-2023 proposto pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará é possível identificar que o Pits, além de fazer parte da política macro no âmbito estratégico da saúde no Ceará, poderá vir a influenciar também os níveis microssociais. O mapa contempla cinco esferas de prioridade, sendo elas: Governança e Gestão; Resultados para a Sociedade e Usuários; Tecnologia e Processos; Aprendizado e Crescimento e Sustentabilidade Financeira. Em cada esfera, foi proposto a delimitação de objetivos estratégicos com a missão de “promover saúde individual e coletiva para melhoria da qualidade de vida das pessoas”, evidências estas que fortalecem as suposições de que o processo de institucionalização do Pits poderá também estar ocorrendo por meio de um conjunto diversificado de práticas situadas, além das práticas macrosociais, necessitando de ulteriores estudos e análises.

## Considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender processo de institucionalização do Pits, situado na cidade do Eusébio. Os procedimentos da pesquisa basearam-se na estratégia do estudo de caso e em um amplo levantamento, acompanhado de um conjunto de análises documentais que tiveram como ênfases detectar as influências da dimensão espacial nos processos de institucionalização do Pits, possivelmente, baseados no organizar de um campo de práticas situadas. Nesse sentido, a questão guia desse estudo problematizou se o processo de institucionalização do Pits, localizado na cidade de Eusébio, está ocorrendo de forma situada.

Com base nas análises, observou-se que se, por um lado, o processo de institucionalização do Pits se pautou pelo tradicional modelo referente as políticas regionais baseadas em incentivos e no estabelecimento de organizações âncoras. Por outro lado, foi possível observar que este processo encaminhado por políticas macrosociais relacionadas à construção de polos tecnológicos, termina por mobilizar um coletivo, uma comunidade, uma rede de atores que se materializa por meio de práticas institucionais, mas também de caráter situado, ao conectar pessoas, cotidianos e organizações

entre diferentes lugares. Nesse sentido, verificou-se que essas ênfases da concepção de organização em alusão ao espaço estabelece um nível de análise que permite a consideração e o aprofundamento dos processos microssociais ali construídos (Grigoletto, 2018).

Contudo, e não obstante as ênfases nas questões espaciais do lugar, de redes, de fronteiras, da localização e da acessibilidade do Pits, situado na cidade do Eusébio, esses processos microssociais evidenciados no presente estudo, deverão ser aprofundados e melhor teorizados em pesquisas futuras. Nesse sentido, a proposição formulada para este estudo deverá avançar na compreensão dos fundamentos microssociológicos da teoria institucional e suas articulações com a abordagem do campo organizacional e dos processos do organizar (*organizing*) de um institucionalismo baseado em práticas situadas.

Ainda como limitações desse estudo, justifica-se que o caráter ainda exploratório e documental foi devido as inconveniências impostas pela pandemia da Covid-19. Sugere-se para pesquisas futuras uma ampliação das análises com foco no caráter situado do processo de institucionalização do Pits, por meio da realização de um amplo conjunto de entrevistas, abertas e em profundidade, tanto com os especialistas, como com os atores políticos e institucionais, envolvendo também os profissionais, os pesquisadores, os técnicos e as pessoas representantes da população da cidade do Eusébio e que habitam o Pits e ou suas circunvizinhanças.

As análises provenientes dessa base de entrevistas possibilitarão, por exemplo, um estudo que siga o método da *Grounded Theory*, com o intuito de iluminar processos axiais e de teorização mais robustos sobre o conceito do institucionalismo baseado em práticas situadas. Sugere-se, por fim, o planejamento de caminhos futuros no sentido da composição de uma agenda de pesquisas, sobre o tema do institucionalismo situado e outras questões correlatas às problemáticas da teoria institucional que enfatizem as discussões de um conjunto diversificado de práticas situadas, indo além das práticas macrossociais.

## Referências

- Amaral Filho, J., Mendes, L., Castro, F. J. A., & Lopes, N. M. (2010). Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento do complexo econômico industrial da saúde no estado do Ceará. *Nota Técnica. Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz/Ceará. Grupo de Pesquisa em Saúde*.
- Amin, A. (1999). An institutionalist perspective on regional economic development. *International journal of urban and regional research*, 23(2), 365-378.
- Asheim, B. T., Smith, H. L., & Oughton, C. (2011). Regional innovation systems: Theory, empirics and policy. *Regional studies*, 45(7), 875-891.
- Bathelt, H., & Glückler, J. (2014). Institutional change in economic geography. *Progress in human geography*, 38(3), 340-363.
- Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciência Social*. São Paulo: Hucitec.
- Berger, P., L. & Luckmann, T. (1967). The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge. *Garden City, NY: Anchor*.

- Boschma, R. (2017). Relatedness as driver of regional diversification: A research agenda. *Regional Studies*, 51(3), 351-364.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Ed.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 122-155.
- Breláz, G. D., & Alves, M. A. (2013). O processo de institucionalização da participação na Câmara Municipal de São Paulo: uma análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010). *Revista de Administração Pública*, 47, 803-826.
- Canniford, R.; Dacin, T.; Dacin, P. (2019). The institutional custodianship of land and cloth: protecting, promoting and reviving harris tweed. Symposium Situated Institutions: The Role of Place, Space and Embeddedness in Institutional Dynamics – *Academy of Management*, 19(1).
- Cellard, A. (2014). A análise documental. In Poupart, J. Et Al (Orgs). *A pesquisa qualitativa: Enfoque epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 353-385.
- Coe, N. M.; Hess, M. (2013). Global production networks, labor and development. *Geoforum*, 44, 4-9.
- Cooper, R; Burrell, G. (1988). Modernism, postmodernism, and organizational analysis: an introduction. *Organization studies*, 9(1), 91-112.
- Crawford, B.; Dacin, T. (2018) Institutional vigilantism and the protection of place. symposium situated institutions: the role of place, space and embeddedness in institutional dynamics. *Academy of Management*, 18(1).
- Dacin, T., Zilber, T.B., Tracey, P., Boxenbaum, E., Canniford, R., Dacin, P., Dacin, T., Fanny, S., Gray, B., Kibler, E., Putnam, L.L., Shepherd, D.; Svejenova, S. (2019). "Situated institutions: the role of place, space and embeddedness in institutional dynamics." *Academy of Management Meeting: Proceedings*, 1.
- Dacin, T.; Zilber, T.B.; Lounsbury, M. (2018). "Situated institutions: the role of place, space and embeddedness in institutional dynamics." *Academy of Management Meeting: Proceedings*, 1.
- Dimaggio, P. J. (1991) Constructing an organizational field as a professional project: US art museums, 1920-1940. In W. W. Powell; P. J. Dimaggio (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. London: University of Chicago Press, 267-292.
- Dimaggio, P. J.; Powell, W. W. (1983). "The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields." *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Dimaggio, P.; Nag, M.; Blei, D. (2013). Exploiting affinities between topic modeling and the sociological perspective on culture: Application to newspaper coverage of US government arts funding. *Poetics*, 41(6), 570-606.
- Dobbin, F. (1994). Cultural models of organization: the social construction of rational organizing principles. *The sociology of culture: Emerging theoretical perspectives*, 118.
- Durkheim, É. (1893). De la division du travail social. *Ancienne librairie Germer Baillière et cie*.
- Dutta, S.; Park, M. (2018) Exactly your grandpas shoes: historical legacies of place in revitalizing a decimated industry. Symposium Situated Institutions: the role of place, space and embeddedness in institutional dynamics. *Academy of Management*, 18(1).

- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532-550.
- Emirbayer, M. (1997). Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, 103(2), 281-317.
- Emirbayer, M.; Mische, A. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, 103(4), 962-1023.
- Everitt, J. G.; Levinson, B. A. (2016). Inhabited institutions in new destinations: Local sense-making and institutional work in community response to new immigration. *Journal of Contemporary Ethnography*, 45(2), 115-142.
- Federação das Indústrias do Estado do Ceará – Fiec. (2018). *Criação de uma entidade de amparo para as empresas do polo industrial e tecnológico da saúde*.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Fligstein, N.; Mcadam, D. (2012). *A theory of fields*. Nova York: Oxford University Press. Edição Kindle, 4392-4403.
- Friedland, R.; Alford, R. R. (1991). Bringing society back in symbols, practices, and institutional contradictions. In W. W. Powell; P. J. DiMaggio (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. London: University of Chicago Press, 232-263.
- Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. (2021). Fiocruz Ceará. Recuperado 08 de maio de 2021, em *Fiocruz*: <https://portal.fiocruz.br/fiocruz-ceara>.
- Gherardi, S.; Strati, A. (2014). *Administração e aprendizagem na prática*. Elsevier Brasil.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oerias: Celtra Editora.
- Giddens, A. (Ed). (1989). *Sociology*. (2nd ed). Cambridge: Polity.
- Gieryn, T. F. (2000). A space for place in sociology. *Annual review of sociology*, 26(1), 463-496.
- Gluckler, R., Suddaby, R.; Lenz, R. (2018). Knowledge and institutions, knowledge, and space. *Cham: Springer*, 179–194.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso.
- Greenwood, R., Oliver, C., Lawrence, T. B.; Meyer, R. E. (2008). *The Sage handbook of organizational institutionalism*. London: Sage.
- Greenwood, R; Suddaby, R. (2006). Institutional entrepreneurship in mature field: The big five accounting firms. *Academy of management Journal*, 49, 27-48.
- Grigoletto, F. (2018). O bairro Guapiruvu como lugar-organização: uma abordagem institucional do organizar. *Tese – Doutorado em Administração Pública e Governo – Programa de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas*, 258f.
- Grigoletto, F.; Alves, M. A. (2019). Leitura do institucionalismo organizacional a partir da teoria do organizar de Karl Weick. *Cad. EBAPE.BR*, 17(2), Rio de Janeiro.
- Guarido Filho, E. R.; Costa, M. C. (2012). Contabilidade e institucionalismo organizacional: fundamentos e implicações para a a pesquisa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, UFP, Curitiba, 4(1), 20-41.
- Hallett, T. (2010). The myth incarnates recoupling processes, turmoil, and inhabited institutions in an urban elementary school. *American Sociological Review*, 75(1), 52-74.

- Hallett, T.; Ventresca, M. J. (2006). Inhabited institutions: social interactions and organizational forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. *Theory and Society*, 35(2), 213-236.
- Hallett, T.; Meanwell, E. (2016). Accountability as an inhabited institution: contested meanings and the symbolic politics of reform. *Symbolic Interaction*, 39(3), 374-396.
- Hoffman, A. J. (2001). Linking organizational and field-level analyses: the diffusion of corporate environmental practice. *Organization & Environment*, 14(2), 133-158.
- Hsu, G., Hannan, M. T., & Koçak, Ö. (2009). Multiple category memberships in markets: An integrative theory and two empirical tests. *American Sociological Review*, 74(1), 150-169.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Ibge. (2021). Eusébio. Recuperado 05 de Maio de 2021, em *Ibge*: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/eusebio/panorama>
- Jessop, B. (2001). Institutional re (turns) and the strategic-relational approach. *Environment and planning A*, 33(7), 1213-1235.
- Kenis, P., & Knoke, D. (2002). How organizational field networks shape interorganizational tie-formation rates. *Academy of management review*, 27(2), 275-293.
- Kibler, E., Farny, S.; Shepherd, D. (2019). Situated memory making after an extreme disruption of the local social order. Symposium Situated Institutions: The Role of Place, Space and Embeddedness in Institutional Dynamics – *Academy of Management*, 19(1).
- Lamont, M., & Molnár, V. (2002). The study of boundaries in the social sciences. *Annual review of sociology*, 167-195.
- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: refocusing institutional studies of organization. *Journal of management inquiry*, 20(1), 52-58.
- Leblebici, H., Salancik, G. R., Copay, A., & King, T. (1991). Institutional change and the transformation of interorganizational fields: an organizational history of the US radio broadcasting industry. *Administrative science quarterly*, 333-363.
- Lee, S., Ock, Y. J., Kim, M.; Schrock, G. (2021). The Regional Uneven Development and the State Intervention to Reshape the Spatial Hierarchy. *International Journal of Regional Development*, 8(2).
- Lindberg, K.; Czarniawska, B. (2006). Knotting the action net or organizing between organizations. *Scandinavian Journal of Management*, 22(4), 292-306.
- Machado-Da-Silva, C. L., Guarido Filho, E. R.; Rossoni L. (2010). Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, 14, 109-147.
- Martin, R. (2000). Institutional approaches in economic geography. *A companion to economic geography*, 77-94.
- Marx, K.; Engels, F. (1845). The ruling class and the ruling ideas. *Media and Cultural Studies*, 9.
- Medeiros, A. K. D., Alves, M. A., & Farah, M. F. S. (2015). Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. *Revista de Administração Pública*, 49, 1215-1235.
- Medeiros, Anny K. (2013). Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva. *Dissertação (mestrado)* — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo.



- Merriam, S. B. (1988) Case study research in education. *A qualitative approach*. San Francisco (CA): Jossey-Bass.
- Merton, R. K. (1940). Fact and fictitiousness in ethnic opinionnaires. *American Sociological Review*, 5(1), 13-28.
- Meyer, John W.; Rowan, Brian. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), 340-363.
- Mohr, J. W.; Bogdanov, Petko. (2013). Introduction — Topic models: What they are and why they matter.
- Mohr, J. W.; Guerra-Pearson, F. (2010). The duality of niche and form: the differentiation of institutional space in New York City, 1888–1917. In G. Hsu, G. Negro.; Ö. Koçak (Eds.), *Categories in markets: Origins and evolution. Research in the Sociology of Organizations*, 31, 321-368.
- Parsons, T. (1956). Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations-I. *Administrative science quarterly*, 63-85.
- Powell, Walter W.; Colyvas, Jeannette A. (2008). Micro foundations of institutional theory. In: Greenwood, Royston et al. *The Sage handbook of organizational institutionalism*. London: Sage, 276-298.
- Powell, Walter W.; Dimaggio, Paul J. (2012). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago press.
- Powell, Walter. W.; Dimaggio, P. J. (1991). Introduction. In: Powell, W. W.; Dimaggio, P. J. (Ed.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1-38.
- Reay, T.; Hinings, C. B. (2005). The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta. *Organization Studies*, 26(3), 351-384.
- Reyes, D. V. (2015). Inhabiting Latino politics: How colleges shape students' political styles. *Sociology of Education*, 88(4), 302-319.
- Rossoni, L.; Machado-Da-Silva, C. L. (2010). Institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, Edição Especial, 7, 173-198.
- Schatzki, T. R. (2001). Introduction: Practice theory. In T. R. Schatzki, K. Knorr-Cetina, & E. v. Savigny (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, 1-14.
- Schatzki, T. R. (2005). The sites of organizations. *Organization Studies*, 26(3), 465-484.
- Schatzki, T. R. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863-1873.
- Scott, A. J. (1995). *The Geographic Foundations of Industrial Performance. Competition & Change*, 1(1), 51–66.
- Scott, W. R. (1994). Conceptualizing organizational fields: linking organizations and societal systems. In H. Derlien, U. Gerhardt, & F. Scharpf (Eds.). *Systems rationality and partial interests*, Baden: Nomos, 203-221.
- Scott, W. R. (2014). Institutions and organizations: Ideas, interests, and identities. *Sage publications*.
- Selznick, P. (1949). *TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

- Seo, M. G., & Creed, W. D. (2002). Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. *Academy of management review*, 27(2), 222-247.
- Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research: a practical handbook*. London: Sage.
- Smets, M., Greenwood, R.; Lounsbury, M. (2015). An institutional perspective on strategy as practice. In D. Golsorkhi, L. Rouleau, D. Seidl, & E. Vaara (Eds.) *The Cambridge handbook of strategy as practice*, (2 ed.) Cambridge: Cambridge University Press, 283-300.
- Smets, M.; Aristidou, A.; Whittington, R. (2017). Towards a practice-driven institutionalism. In R. Greenwood, C. Oliver, T. B. Lawrence, & R. Meyer (Eds.) *The Sage handbook of organizational institutionalism*, (2nd ed.): London: Sage, 384-411.
- Spencer, H. (1876). First principles of a new system of philosophy. D. Appleton & Company.
- Stanfield, J. R.; Carrol, M. C. (2004). Governance, and the legitimacy of corporate power: a path for convergence of heterodox economic? *Journal of Economic Issues*, 38(2), 363-370.
- Stinchcombe, A. L. (1965). Social Structure and Organizations. In: March, JP, Ed., *Handbook of Organizations*, Rand McNally, Chicago, 142-193.
- Suddaby, R. (2010). Challenges for institutional theory. *Journal of management inquiry*, 19(1), 14-20.
- Suddaby, R., Seidl, D.; Lê, J. K. (2013). Strategy-as-practice meets neoinstitutional theory. *Strategic Organization*, 11(3), 329-344.
- Suddaby, R.; Foster, W. M.; Mills, A. J. (2013). Historical Institutionalism. In M. Bucheli.; D. Wadhwani (Eds.). *Organizations in time: History, theory, methods*. Oxford, UK: Oxford University, 100-123.
- Svejenova, S.; Boxenbaum, E. (2019). The library as a place of social inclusion: verbal and visual approaches of the NYPL. Symposium Situated Institutions: The Role of Place, Space and Embeddedness in Institutional Dynamics – *Academy of Management*, 19(1).
- Tavora Filho, A. A. F. (2018). *Projeto Ceará 2050: Estudo Setorial – Projetos e Empreendimentos Estruturantes*. Fortaleza.
- Thornton, P. H.; Ocasio, W.; Lounsbury, M. (2012). The Institutional Logics Perspective: a New Approach to Culture, Structure and Process. *Oxford University Press, USA*.
- Tocqueville, A. (1835). Government of the Democracy in America. *Democracy in America*.
- Troiano, M.; Riscado, P. (2016). Instituições e o Institucionalismo: notas acerca da construção do debate e seus principais desafios na contemporaneidade. *Revista Política Hoje*, 25(1), 113-132.
- Tsang, K. K. (2019). The Interactional-Institutional Construction of Teachers' Emotions in Hong Kong: The Inhabited Institutionalism Perspective. *Frontiers in psychology*, 10, 2619.
- Vaara, E.; Whittington, R. (2012). Strategy-as-practice: taking social practices seriously. *The Academy of Management Annals*, 6(1), 1-52.
- Veblen, T. (1898). Why is economics not an evolutionary science? *The quarterly journal of economics*, 12(4), 373-397.

- Weber, M. (1904). Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. *Archiv für sozialwissenschaft und sozialpolitik*, 19(1), 22-87.
- Weick, K. (1979). *The social psychology of organizing*. Reading: Addison-Wesley.
- Weick, K. (1995). *Sensemaking in organizations*. London: Sage.
- Weick, K. E.; Sutcliffe, K. M.; Obstfeld, D. (2005). Organizing and the process of sensemaking. *Organization Science*, 16(4), 409-421.
- Whitehead, A. L. (2017). Institutionalized norms, practical organizational activity, and loose coupling: Inclusive congregations' responses to homosexuality. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 56(4), 820-835.
- Willmott, H. (2015). Why institutional theory cannot be critical. *Journal of Management Inquiry*, 24(1), 105-111.
- Wright, A. L.; Meyer, A. D.; Reay, T. (2018). Maintaining places of social inclusion: ebola and the emergency department. symposium situated institutions: the role of place, space and embeddedness in institutional dynamics. *Academy of Management*, 18(1).
- Yin, R. K. (1993). Applications of the case study research. *Thousand Oaks (CA): Sage*.
- Zilber, T.B. (2006) The work of the symbolic in institutional processes: Translations of rational myths in Israeli high tech. *Academy of management journal*, 49 (2), 281-303.
- Zilber, T.B. (2018). Know thy place: Location and imagined communities in institutional field dynamics. In: J. Gluckler, R. Suddaby.; R. Lenz (eds.): Knowledge and Institutions, Knowledge, and Space. *Cham: Springer*, 179-194.
- Zuckerman, E. W. (1999). The categorical imperative: securities analysts and the illegitimacy discount. *American Journal of Sociology*, 104(5), 1398-1438.